

# MAIO-JUNHO DE 1968 NA FRANÇA O EPICENTRO DE UMA CRISE DE HEGEMONIA (PARTE I)<sup>1</sup>

*Alain Bihl*<sup>2</sup>

## RESUMO

Neste artigo, o autor reexamina a história de um ciclo de lutas sociais, políticas e culturais como epicentro da crise de hegemonia. Na base das principais radicalizações políticas estudantis, operárias e dos *novos movimentos sociais* do maio-junho de 1968, ainda estão as *lutas de classes*, com tudo o que têm de indeterminado a priori, na medida em que resultam da evolução das correlações de forças cujos protagonistas não podem dominar ou prever. Se, em tal história, tudo não é possível, também nada é escrito com antecedência. Conseqüentemente, não era necessário que esta história terminasse como (provisoriamente) se concluiu. Na França, como em outros lugares, a História continua. Palavras-chave: Hegemonia. Lutas proletárias. Classes sociais.

## ABSTRACT

The author reexamines a cycle of social, political and cultural struggles that evidenced a crisis of hegemony and whose epicenter occurred in May and June

---

<sup>1</sup> Tradução de Rejane J. de Q. Fialho Taillefer. Revisão feita por Renata Gonçalves e Sávio Cavalcante.

<sup>2</sup> Professor de sociologia da Université Franche-Comté; autor de vários livros, dentre os quais *Da "grande noite" à alternativa*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1998.

of 1968. At their base, the principle political radicalizations of students, workers and new social movements in that year are class struggles, with all that implies in terms of a priori indeterminacy, to the extent that they result from the evolution of the balance of forces that their protagonists cannot control or foresee. If, in that story, not everything is possible, nothing is determined ahead of time, either. Therefore, it was not necessary for this story to end as it (provisionally) concluded. In France, as in other places, history goes on.

Keywords: Hegemony. Proletarian struggles. Student Movement.

## INTRODUÇÃO

Como reavaliar o sentido e o alcance da crise social e política que a França conheceu em maio-junho de 1968, quarenta anos após esses acontecimentos? Se, de modo evidente, este afastamento histórico relativo apresenta vantagens (não seria senão liberando-nos dos erros de julgamento e das ilusões de seus atores ou testemunhos diretos – dentre os quais o autor dessas linhas), também não apresenta armadilhas, dentre as menos importantes, o fato de não tentar reconstruir o fio desses acontecimentos, unicamente, em função do que se sabe hoje de onde resultou? Adotei o propósito de assumir claramente a distância histórica em relação ao acontecimento, acentuando-o até deliberadamente: justamente porque penso que o acontecimento teve um alcance histórico e mundial, precisarei voltar ainda mais em sua história e, inversamente, chegar ao seu curso para retomar todas as suas origens e conseqüências. Do mesmo modo, precisarei situar novamente este acontecimento no contexto internacional em que aconteceu e que lhe confere, também em parte, seu sentido. Aliás, é por aí que vou começar.

### 1. O MUNDO DA SEGUNDA METADE DOS ANOS DE 1960

O mundo da década de 1960 ainda é aquele que nasceu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. É caracterizado ao mesmo tempo pela rivalidade entre o que, na época, chamamos impropriamente de “dois blocos”, capitalista e ‘socialista’, oscilando entre “guerra fria” e “trégua”, do mesmo modo que pelo confronto do que ainda não chamamos de Norte e Sul, mas de “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos” (eufemisticamente rebatizados em seguida de “países em via de desenvolvimento”). Denominações igualmente impróprias para designar as

relações entre centro e periferia do sistema capitalista mundial. Mas, o que nos impressiona retrospectivamente no espetáculo que o mundo, assim recortado nos anos 60, oferece globalmente é a crise geral, ora latente, ora aberta, das diferentes formas de domínio que aí se exercem, por mais diversas que elas sejam.

Primeiramente, nas relações 'Norte-Sul'. Não é necessário falar muito do grande movimento de descolonização que, então, se abate sobre a África e boa parte da Ásia, pondo fim à existência de impérios coloniais, às vezes, plurisseculares. A maioria das antigas colônias européias (as do Reino Unido, da França, dos Países Baixos) acaba de alcançar ou, então, alcança sua independência política, mesmo que esta tenha sido facilmente concedida pelas antigas potências coloniais ou que tenha sido duramente arrebatada pelos povos colonizados ao fim de verdadeiras guerras de libertação nacional. Durante alguns anos, somente vai subsistir o que resta do império colonial português (até a “*Revolução dos Cravos*”, de abril de 1974) e do império colonial espanhol (até a morte de Franco, em novembro de 1975). A própria França sai, então, de duas guerras coloniais quase sucessivas (a guerra da Indochina, entre 1946 e 1954, e a guerra da Argélia, entre 1954 e 1962) que terão, além do mais, precipitado a independência de suas colônias africanas, mas, também, participado da politização do meio estudantil na França, no fim dos anos 50 e início dos anos 60. Voltarei a este assunto.

Na verdade, para a maioria dessas ex-colônias européias, essa independência política vai se confirmar como sinônimo de ilusão, na medida em que, de fato, ela significou a passagem de uma forma arcaica de imperialismo (o colonialismo) a um neo-imperialismo fundado sobre o desenvolvimento desigual e, portanto, o intercâmbio desigual no mercado mundial, gerado, precisamente, durante séculos de colonização, sinônimos de dependência (tecnológica e financeira) contínua e de especialização forçada na produção de matérias primas baratas. É o que essas jovens nações do Terceiro Mundo (o mundo nasce na conferência de Bandoeng, que ocorre em 1955, com a iniciativa de Sukarno, Nehru e Nasser) vão, rapidamente, aprender às suas custas. Quando a independência foi principalmente conquistada com toda a força na luta pela mobilização política e mesmo militar das populações colonizadas, isso não impede que ela, *também*, signifique a impossibilidade de manter intactos os antigos modos de dominação da periferia pelo centro. Nada é mais sintomático a este respeito do que a derrota militar vivida por todas as potências ocidentais que persistem na via da perpetuação desses antigos modos, que se trate de potências secundárias extensamente declinantes (como Portugal na Angola e em Moçambique) ou de potências de primeiro plano, como os Estados

Unidos no Vietnã. Também desse ponto de vista, o ano de 1968 será simbólico porque começará com a grande ofensiva que os militantes vietnamitas, apoiados pelo exército norte-vietnamita, mas também pela China e pela URSS, deflagram no Vietnã do Sul no final de janeiro contra o exército sul-vietnamita e seus aliados americanos (ofensiva chamada de *Têt*, o Ano Novo vietnamita). Se, de imediato, esta ofensiva é um fracasso no plano militar, ao seu término, será um sucesso no plano político, porque contribuirá para convencer uma parte da opinião pública e dos responsáveis políticos americanos de que o engajamento militar de seu Estado na Indochina só poderia ser um mau negócio, cada vez mais sangrento e custoso, do qual, conseqüentemente, deveria sair o mais rápido possível. Tanto é assim que, lá também, nesse meio tempo, os militares já haviam participado da politização do mundo estudantil nos campi das universidades americanas, radicalizando a contestação.

Apesar destas vitórias, já alcançadas ou próximas, transportadas pelos movimentos anticolonialistas ou até antiimperialistas no Terceiro Mundo, se deverem, em parte, ao apoio do “*campo socialista*” (URSS e seus satélites do leste europeu, China, etc.), isso não deve nos iludir sobre a natureza e o miserável estado do dito campo – em cujo interior, a crise das formas de dominação continua, então, mais evidente. E, para começar, a autoridade do chefe de campo é, além disso, contestada. Se a “*desestalinização*” empreendida por Kroutchev, a partir de 1956, permitiu chegar ao fim da dissidência iugoslava (1948), os anos de 1960 começam com “*o grande cisma*” entre Moscou e Pequim, que nada haverá de diminuir posteriormente, bem ao contrário: os dois “*irmãos inimigos*” até se afrontam durante algum tempo (entre março e agosto de 1969) ao longo do rio Ussuri. Antes mesmo dessa ruptura, por várias vezes, a autoridade ‘soviética’ tinha sido questionada no Leste Europeu, a favor do motim operário berlinense de junho de 1953, das manifestações e das greves polonesas, de junho de 1956 e, claro, principalmente, da insurreição húngara de outubro e novembro de 1956, afogada no sangue pelos blindados e tropas do grande irmão ‘soviético’. Esse questionamento da autoridade da URSS sobre seus satélites encontraria uma nova oportunidade, magnífica, para se manifestar durante o ano de 1968 com “*a primavera de Praga*” que, também, seria finalizada por intervenções militares, ampliadas, desta vez, pelo conjunto das tropas dos “*Estados irmãos*” (com exceção da Romênia). Adicionadas às revelações que se multiplicam sobre a natureza e a amplitude dos crimes de massas cometidos por esses regimes, essas diferentes crises acabam por desacreditar o suposto “*modelo soviético*” (na verdade, fundado sobre o extermínio

dos soviéticos) do mesmo modo que enfraquecem a empreitada da URSS sobre o movimento operário no mundo por partidos ‘comunistas’ interpostos. Sobretudo, a maneira como essas crises são tratadas indica, então, a impossibilidade deste ‘modelo’ de se reformar; o que prova, simultaneamente, o fracasso relativo das reformas conduzidas entre 1956 e 1964 na URSS por Kroutchev e sua equipe, uma *perestróica* (no entanto, sem *glasnost*) tentada vinte e cinco anos antes da de Gorbatchev, que popularizou o termo. Desse fracasso resultará, diretamente, a estagnação da era Brejnev, durante a qual a URSS perderá definitivamente parte do braço de ferro opondo-a ao Ocidente, abrindo a via para seu desmoronamento final.

Então, precisamente, o que há de novo no oeste? Na verdade, tampouco ele não escapa desse questionamento geral dos modos de dominação que caracteriza os anos de 1960. Aí, o alvo constitui-se nos termos do compromisso fordista entre capital e trabalho sobre o qual acabavam de desembocar a crise estrutural do capitalismo mundial centrada nos anos de 1930, as lutas sociais e políticas, em uma palavra: as lutas de classes, que a haviam acompanhado no interior dos diferentes Estados centrais, assim como os afrontamentos militares, conhecidos entre eles sob o nome de Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Adiante, terei a oportunidade de voltar detalhadamente sobre os termos desse compromisso, variáveis em suas formas institucionais e ideológicas de um Estado a outro, mas, por toda parte, implicando a aceitação, pelos trabalhadores assalariados, das formas renovadas da dominação e da exploração capitalista (cujo trabalho na rede da indústria automobilística é um exemplo emblemático) em troca da garantia de uma redução de seu tempo de trabalho, de um aumento de seus salários reais (correspondendo a uma ampliação e a um enriquecimento de sua norma de consumo), da implementação de sistemas públicos ou privados de proteção social (contra a doença, a enfermidade, o encargo de crianças, o desemprego, a velhice), implicando a socialização de uma parte do salário, mais amplamente da satisfação de certo número de necessidades coletivas (alojamento, educação, saúde, lazer), de uma ‘democratização’ do Estado e da sociedade civil sob forma da redução das desigualdades e de um crescimento da mobilidade social, etc<sup>3</sup>.

Esse compromisso servirá de base e de cenário para as três décadas de acumulação intensa e contínua do capital (as famosas “trinta gloriosas”, caras a

---

<sup>3</sup> Para uma apresentação mais detalhada desta noção de compromisso fordista, remeto o leitor a Bihl (1991), sobretudo, capítulo II.

Jean Fourastié), que os Estados centrais conhecerão logo após a Segunda Guerra mundial e, principalmente, para uma renovação das formas de hegemonia da burguesia. Mas, precisamente, ele também começa a dar sinais de sufocamento durante os anos de 1960. De um lado, como principais sinais, o capital demonstra a baixa tendencial da taxa de lucro, a retomada do movimento de internacionalização dos capitais (desde o final dos anos de 1950), a constituição do mercado dos eurodólares, a crise latente do sistema monetário internacional resultado dos acordos de Bretton Woods, devido à fraqueza crescente do dólar que é o pivô. E, de outro lado, o trabalho com a onda de grandes greves operárias, a maioria chamada de “selvagens”, na época, (porque escapam ao controle das organizações sindicais), que vai desembocar em todos os Estados centrais. A greve geral de maio-junho de 1968 na França será apenas um episódio cuja notoriedade no exterior não deve nos fazer esquecer todas aquelas outras greves que, tanto antes como depois desta data chave, sacudiram, por exemplo, a indústria automobilística, emblema da indústria da época fordista, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na Itália, na Alemanha, na Suécia, etc.

Assim, os Estados centrais do mundo ocidental não escapam do questionamento geral das relações de dominação que caracterizam os anos de 1960. Esse questionamento explica uma das palavras dominantes da época, a “*contestação*”. Evidentemente, essa crise do fordismo toma formas e intensidade específicas no interior de cada um desses Estados. Na França, ela vai se revestir de uma verdadeira crise de hegemonia. Pelo menos é a tese que tenciono desenvolver na seqüência deste artigo.

## **2. BREVE LEMBRETE REFERENTE AO CONCEITO GRAMSCIANO DE HEGEMONIA**

É um truísmo de a ciência política considerar que todo poder se exerce pelo constrangimento e pela violência, mas também por certo consentimento obtido de seus próprios sujeitos. Ele supõe, então, a capacidade do poder de se legitimar aos olhos desses indivíduos organizando as condições materiais, psico-afetivas e intelectuais de sua “*submissão voluntária*” conforme a célebre expressão de Etienne de La Boétie (1993). Essa verdade geral também vale para o caso particular da dominação de classe.

Antonio Gramsci designa precisamente sob o termo hegemonia a capacidade da classe dominante em obter o consentimento das classes dominadas quanto à sua

própria dominação. Para ele, uma classe dominante é, antes de tudo, uma classe hegemônica, que sabe fazer com que as outras classes aceitem sua dominação, isto é, sua direção da sociedade, principalmente aumentando seus interesses particulares na lista de interesse geral da sociedade. Daí, sua definição sintética da dominação de classe como “uma hegemonia encouraçada de coerção”<sup>4</sup>.

Mas o interesse de Gramsci não se limita à retomada desta idéia, em suma, banal. Seu interesse é ter mostrado que a hegemonia de uma classe passa pela constituição, ao seu redor, de um bloco social que ele denomina “*bloco histórico*” (PORTELLI, 1972) e que chamarei de bloco hegemônico. Lembremos que, por bloco social, é preciso entender, de um modo geral, um sistema freqüentemente muito complexo de alianças hierarquizadas entre diferentes classes, frações, camadas ou categorias sociais, aliás, algumas vezes rivais entre si; alianças constituídas sob a direção de uma dentre elas que aí ocupa, precisamente, uma posição hegemônica; cuja unidade está assegurada por uma rede de organizações comuns assim como por uma ideologia comum; que, aliás, podem chegar a uma fusão parcial de alguns desses elementos. A constituição de tais blocos sociais se efetua, essencialmente, sob o efeito dos constrangimentos nascidos da luta das classes. Pois, esta alcança esse resultado paradoxal para compor as classes em conjuntos abrangentes (blocos sociais), assim como para decompô-las em unidades mais reduzidas (frações, camadas ou categorias).

De acordo com Gramsci, a hegemonia da classe dominante realiza-se, então, pela constituição, sob sua direção (ou sob a de uma fração dentre elas), de um sistema de relações de alianças, de subordinação, de compromisso, de concessão, com certas classes, frações ou camadas dominadas, que compartilham com ela um conjunto de interesses, idéias e valores cuja difusão e geração no conjunto da sociedade encontram-se seguras desse fato. No interior de um bloco semelhante, todas essas classes não estão, no entanto, alojadas sob a mesma insígnia. Algumas, cuja classe dominante organiza os interesses que se tornam verdadeiros compromissos, têm estatuto de *aliadas*. No quadro de alianças semelhantes, essas classes dominadas podem ascender (mas nem sempre é o caso) à posição de *classe reinante*, até mesmo de *classe detentora*. A classe (ou fração) reinante é aquela “cujos partidos políticos estão presentes nos lugares dominantes da cena política”: é aquela cujos representantes políticos constituem e dirigem,

---

<sup>4</sup> Para Gramsci (1983, p. 83), a fórmula serve, na verdade, para definir o Estado. Cf. seus *Cahiers de prison*, n°6 [1930-1933].

por exemplo, a coalizão governamental e/ou a coalizão majoritária no plano parlamentar. A classe (ou fração) detentora do aparelho de Estado é aquela “em que se recruta o pessoal político, burocrático, militar, etc., que ocupa os postos mais elevados do Estado”, em outras palavras, os altos funcionários civis, militares, até mesmo, religiosos (POULANTZAS, 1971, p. 74 e 75).

Outras classes, partes receptoras do bloco hegemônico, têm apenas estatuto de classes ou frações de *revezamento*. A classe dominante contenta-se em lhes ceder algumas concessões (privilégios) econômicas ou políticas; essencialmente pelo preço de seu papel de “*propagandistas*”, junto às classes dominadas pelos interesses, idéias e valores em torno dos quais se prende o bloco hegemônico.

Enfim, outras devem se contentar com um estatuto ainda mais modesto, como classes ou frações de *apoio*. Na verdade, elas não obtêm nenhuma concessão real por parte da classe dominante. Seu apoio, sua participação no bloco hegemônico fundamenta-se, definitiva e essencialmente, nas ilusões ideológicas, sobretudo em relação à natureza e ao papel do Estado, percebido como árbitro imparcial acima das classes: elas são puras vítimas do fetichismo do Estado.

A coesão de tal bloco hegemônico é, antes de tudo, o fruto de sua representação no cenário político. Em vista da complexidade das relações que ligam seus elementos constitutivos, esta representação é apenas raramente assegurada por uma única formação política. Mais freqüentemente, ela apresenta a forma de uma coalizão de formações, ou de um “arco” de formações, indo da direita para a esquerda e, portanto, incluindo rivalidades entre elas. Em suma, essas coalizões constituem o que poderíamos chamar, para prolongar a metáfora, de armadura do bloco social: são elas que resistem às pressões exteriores como às interiores que tendem, constantemente, a rebentar o bloco hegemônico.

Esta coesão resulta, por outro lado, da formação e da difusão de uma cultura comum, isto é, de um conjunto de idéias, normas, valores comumente compartilhados pelos membros das diferentes classes e frações que compõem o bloco hegemônico. Difusão que é organizada por meio de uma rede de instituições culturais, da imprensa, de grupos intelectuais, etc. Para permanecer na ordem da metáfora mecânica, aí está o cimento do bloco social.

O bloco hegemônico assegura, à classe dominante, uma base social dentre as classes dominadas que integra. Algumas dessas classes se fazem, imediatamente, de defensoras dos interesses da classe dominante no seio da sociedade, ampliando ainda mais o tribunal social de seu poder político, notadamente no plano eleitoral.

Este mesmo bloco constitui uma muralha social a mais para a classe dominante. Ela lhe permite isolar e enfraquecer, até mesmo neutralizar politicamente as classes dominadas eventualmente excluídas do bloco hegemônico, levando-as, algumas vezes, a se resignar a aceitar sua subordinação. O consentimento ativo das classes incluídas no bloco hegemônico pode, então, reforçar-se com o consentimento passivo das classes excluídas.

### **3. A CRISE DO BLOCO HEGEMÔNICO SOB O GAULLISMO**

Para compreender como se estabeleceu a crise hegemônica que a França vai conhecer nos anos 60 e da qual o episódio de maio-junho de 1968 constitui-se epicentro, é preciso voltar aos transtornos que ela registrou... nos últimos 25 anos do século XIX! Diferentemente dizendo, preciso praticar um verdadeiro circuito histórico.

#### *O BLOCO DOS POSSUIDORES SOB A III REPÚBLICA (1870-1940)*

De março a maio de 1871, após a derrota francesa na guerra franco-alemã desencadeada por Napoleão III, o povo parisiense estabelece um verdadeiro poder insurrecional, a famosa Comuna de Paris. Pela primeira vez, como em Lyon, em novembro de 1831 (a revolta de Canuts), ou em Paris, em junho de 1848, o proletariado francês não mais se contenta com um simples motim de rua: ele toma e exerce o poder. Se, graças às tropas reunidas em Versalhes por Adolphe Tiers (1797-1877), esse poder insurrecional é derrubado, a burguesia francesa então toma conhecimento do verdadeiro tamanho da ameaça que representa para ela o movimento operário nascente que, com a Comuna, acaba de se colocar como verdadeiro candidato em substituição de seu poder. Desde então, a necessidade se lhe impõe de edificar uma verdadeira muralha social, capaz de conjurar duramente essa ameaça revolucionária, da mesma maneira que a ampliar a base social de seu poder. Precisamente, essa muralha social tomará a forma de um bloco social que assegurará sua hegemonia durante cerca de um século e, por razões que logo aparecerão, chama-lo-ei o *bloco dos possuidores*.

No interior desse bloco, figura uma aliança entre a burguesia e as classes médias tradicionais: o pequeno capital, a pequena burguesia, mas, também, o pequeno e o médio estado campesino, que constituía, então, não esqueçamos, a maior parte da população francesa, enfim, as profissões liberais. Em outras palavras, uma aliança entre a (grande) propriedade capitalista (a das minas, das fundições,

das estradas de ferro, da grande indústria, do negócio concentrado, do banco e da bolsa); e a (pequena) propriedade pré-capitalista ou em sua forma embrionária. Essa aliança se estabeleceu, principalmente, sobre a base de sua vontade comum de defender a propriedade (meios de produção) contra as aspirações revolucionárias que emergem no proletariado. Portanto, trata-se claramente de uma aliança destinada a isolar esse proletariado, que cresce com a industrialização, assim como o movimento operário que, então, se desenvolve: com efeito, em 1895, com a constituição da Confederação Geral do Trabalho (CGT), realiza-se a unificação dos múltiplos sindicatos locais e das Bolsas do Trabalho; e, em 1905, acontece a união dos diferentes pequenos partidos socialistas na Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO), predecessor do atual Partido socialista.

Mas essa aliança supõe, também, toda uma série de concessões por parte da burguesia em favor das classes médias tradicionais. Primeiramente, concessões políticas, com o estabelecimento definitivo do regime republicano, repousando sobre o sufrágio universal (masculino), que vai oferecer numerosas carreiras políticas aos notáveis locais que são, então, freqüentemente, os notários, os médicos, os advogados, em outros termos, os membros das profissões liberais. Mas também e principalmente, concessões econômicas, destinadas a preservar essas classes médias das ameaças do desenvolvimento do capitalismo que, estruturalmente, pesa sobre elas. Pois, este desenvolvimento capitalista é, necessariamente, sinônimo de penetração do capital na agricultura, artesanato, comércio, serviços, etc., com o que ela implica: a submissão do conjunto da economia aos imperativos e às flutuações da reprodução do capital, o empobrecimento e a ruína (a expropriação) da maior parte dos pequenos produtores negociantes. É com relação a tais ameaças que as classes médias tradicionais obtêm garantias no quadro da aliança que vai, doravante, ligá-los à burguesia. Por exemplo, medidas protecionistas quanto à concorrência estrangeira, cuja política agrícola de Jules Méline, Ministro da Agricultura, de 1883 a 1885 e, depois, Presidente do Conselho (Primeiro Ministro, de 1896 a 1898), permanecerá como arquétipo; ou privilégios fiscais, cuja adoção da patente (um imposto local sobre a atividade comercial), em 1880, preserva os interesses da pequena burguesia.

Sua aliança com a grande burguesia vai, assim, oferecer às classes médias tradicionais um verdadeiro sursis histórico. Pois, as concessões anteriores vão tornar mais lento o processo de seu achatamento pelo desenvolvimento capitalista. Torná-lo mais lento e não pará-lo completamente. Ademais, essa aliança vai permitir-lhes ocupar a frente da cena política, intermediada, principalmente,

pelo Partido radical, que os representam maciçamente e que vai se achar no centro de todas as combinações políticas e governamentais sob a III República. Enquadradas e representadas pelos membros das profissões liberais (notários, advogados, médicos), mas também pelos professores (o que valerá a denominação de “*República dos professores*” a III República), as classes médias tradicionais vão, assim, ascender à classe reinante; no entanto, a classe dominante continua sozinha a ocupar os postos mais elevados do Estado, portanto, a constituir a classe detentora desse conjunto. Enfim, são seus valores que vão triunfar durante todo esse período: “A importância da família, a predominância dos valores de prestígio social, o estilo de autoridade paternalista, o sentido da economia, o apego à renda, a rejeição à concorrência, a valorização da teoria da igualdade são manifestações de uma sociedade quase inteiramente estruturada pelos pequenos e médios proprietários privados, com ciúmes de seu patrimônio e desejosos de conservá-lo e transmiti-lo aos seus filhos” (GAURON, 1983, p. 43). As classes médias tradicionais apenas podiam se mostrar fiéis apoiadoras e defensoras de um regime instituindo sua própria visão de mundo em ideologia oficial.

No entanto, essa aliança também tinha seu preço e seus limites. Por um lado, a sobrevida das classes médias tradicionais implicava frear a acumulação do capital na França. A fraqueza do desenvolvimento industrial global (comparativamente ao seu vigor na Alemanha e nos Estados- Unidos, por exemplo), a lentidão da concentração e da centralização do capital cuja parte essencial permanecerá familiar por muito tempo, uma burguesia assustada e pouco empreendedora, preferindo a renda (principalmente colonial) em benefício da empresa, o papel motor do Estado somente em alguns setores de ponta (estradas de ferro, armamento, aeronáutica): tais foram alguns dos traços mais característicos do desenvolvimento capitalista na França até a véspera da Segunda Guerra Mundial, e todos se explicam, definitivamente, pelas condições sócio-econômicas do estabelecimento e para a manutenção dessa aliança hegemônica. São, também, as longínquas causas do atraso do capitalismo francês em relação a alguns de seus concorrentes diretos; atraso que, até hoje, ainda se faz sentir em alguns setores.

Por outro lado, esse bloco hegemônico excluía essencialmente as classes que, no entanto, o desenvolvimento do capitalismo fazia aumentar. Em primeiro lugar, o proletariado, indubitavelmente isolado, mas dispendo, ao mesmo tempo, de uma autonomia incontrolável, autonomia favorável ao desenvolvimento das tendências revolucionárias (principalmente do sindicalismo revolucionário e do

anarco-sindicalismo) no seio do movimento operário, então, em plena expansão. O bloco hegemônico podia ter pouca esperança de integrar os membros pelo viés muito limitado do ideal republicano e das possibilidades restritas de ascensão social no seio da pequena burguesia (o acesso ao estatuto de trabalhador independente) ou, em menor medida, no seio das camadas inferiores do enquadramento<sup>5</sup> (as “*camadas médias assalariadas*”).

Mas, em segundo lugar, a mesma aliança hegemônica também excluía esse mesmo enquadramento que, por sua vez, desenvolvia-se, rapidamente, com o aparelho de Estado e não podia mais se satisfazer com essa situação<sup>6</sup>. Por um lado, porque ela implicava a diminuição de acumulação do capital, ao qual se mantém o enquadramento mesmo porque é garantia de seu próprio desenvolvimento (quantitativo e qualitativo) – no que, evidentemente, as “*camadas médias assalariadas*” se opõem fundamentalmente às classes médias tradicionais. E, por outro lado e principalmente, porque essa situação apenas lhe oferecia pouco espaço no cenário político, não lhe permitia representar um papel político à altura de suas ambições: no melhor, a algumas de suas categorias (professores e jornalistas), ela permitia representar um papel subalterno de reserva no seio do bloco hegemônico, tendo que abandonar o primeiro lugar no cenário político para as classes médias tradicionais e seus representantes do Partido Radical.

De onde, desde o início do século, ocorre uma radicalização política de uma parte dessa classe, essencialmente de sua fração pública (aquela que opera no centro dos conjuntos estatais: funcionários, etc.); e sua busca por uma aliança de esquerda com o proletariado. Assim, frente ao bloco hegemônico, constitui-se um bloco de esquerda, de base operária e sob a direção dos representantes políticos e ideológicos do enquadramento do qual a SFIO constituirá o pivô, único antes da Primeira Guerra mundial e, depois, em uma relação complexa e flutuante porque em concorrência e em conflito com seu irmão inimigo, o partido ‘comunista’ (PC) após a explosão da SFIO no congresso de Tours<sup>7</sup>. Sob a forma de Frente

---

<sup>5</sup> N. R. Em francês, *encadrement* é o nível em que se encontram os assalariados superiores responsáveis pela gestão das empresas e aparelhos do Estado.

<sup>6</sup> A respeito da natureza de classe das “camadas médias assalariadas”, que considero como uma classe social completamente à parte do enquadramento (BIHR, 1989).

<sup>7</sup> Durante este congresso, que ocorreu no final de dezembro de 1920, em Tours, foram discutidas as condições de adesão da SFIO à III. Internacional, condições aceitas por uma maioria de delegados que constituirão o Partido ‘Comunista’ enquanto que a minoria, agrupada em torno de Leon Blum, recusará a adesão e manterá a SFIO.

Popular, este bloco verá seus representantes ascenderem, durante alguns meses, às responsabilidades governamentais em favor de sua vitória eleitoral de maio de 1936, seguida de uma greve geral com ocupação de usinas que devia permitir à base operária arrancar aumentos substanciais de salários e duas primeiras semanas de feriado pagas anualmente.

### *UMA HEGEMONIA INCOMPLETA SOB A IV REPÚBLICA (1946-1958)*

Logo após a Segunda Guerra mundial, soa a hora de escolhas cruciais para a burguesia na França. Diversos fatores vão, então, se conjugar para engajá-la, assim como suas homólogas estrangeiras, na via desse novo modelo de desenvolvimento que, posteriormente, será qualificado como *fordismo*.

Por um lado, a crise estrutural centrada nos anos de 1930 colocou claramente em evidência a impotência das políticas econômicas liberais para regular o ciclo econômico e pilotar o processo de acumulação do capital, desde que a concentração e a centralização do capital fizeram aparecer ou tendem a fazer aparecer, na maioria dos ramos industriais, dos capitais em situação de oligopólio, e até, de quase-monopólio. Desde então, esse ajuste e essa pilotagem passam por uma intervenção estatal resolvida, representando diferentes instrumentos de política econômica: política monetária (controle do crédito no mercado nacional, fixação da taxa de câmbio da moeda nacional), política orçamentária (determinando receitas fiscais e despesas públicas), política salarial (por meio da fixação de um salário mínimo, da incitação à negociação salarial nos diferentes ramos e, bem evidentemente, do controle direto da massa salarial do setor público). Essa intervenção estatal, destinada a sustentar a demanda final, havia sido preconizada e teorizada principalmente por John Maynard Keynes em sua *Teoria geral do emprego, do lucro e da moeda*, publicada em 1936; em reação à crise estrutural, então, em seu paroxismo.

Por outro lado, reforçada pelo prestígio adquirido pelo movimento operário e, principalmente, pelo PC no seio da Resistência durante a ocupação nazista, a pressão das lutas operárias vai forçar a classe dominante a entrar em uma lógica de compromisso em relação ao movimento operário. Trata-se, grosso modo, do compromisso fordista, cujos termos gerais já tive a oportunidade de apresentar mais acima. É esse compromisso que servirá de base e de quadro às políticas de ajustes keynesianas, anteriormente mencionadas. Notemos essa especificidade francesa (que a França compartilha, no entanto, com a Itália): do lado dos assalariados, o

ator principal do compromisso fordista terá sido o PC e a CGT, que se tornou sua “*correia de transmissão*” no plano sindical, todavia, todas as duas organizações são oficialmente hostis a qualquer espécie de compromisso com “*o inimigo de classe*”. Foi, então, que o PC se associou às responsabilidades governamentais, entre 1944 e 1947, que diferentes elementos chave do compromisso fordista (a começar pelo sistema público de proteção social, a famosa “*Assistência social*”) foram criados; ao mesmo tempo em que a classe operária é desarmada e recolocada no trabalho. E, na dinâmica ulterior do compromisso fordista, são o PC e a CGT que vão representar, na França, o papel dos partidos e sindicatos social-democratas nos demais estados capitalistas centrais. Isso ainda será mostrado na seqüência deste artigo.

Finalmente, no caso francês, a intervenção do Estado, que tanto requeriam o ajuste do ciclo econômico quanto o próprio compromisso fordista, ainda vai ser reforçada pela necessidade de recuperar o atraso do capitalismo na França durante as décadas anteriores; atraso que, como vimos, explica-se em boa parte pelas conseqüências da passada aliança hegemônica com as classes médias tradicionais. De onde, sempre entre 1944 e 1945, ainda lá, sob a pressão do movimento operário do PC e CGT interpostos, ocorre um vasto movimento de nacionalizações industriais (nos setores chave das minas e da produção de energia), mas também nos setores bancários. Assim, o Estado francês vai se achar dotado de um conjunto administrativo econômico e financeiro bem mais importante do que a maioria dos outros estados centrais.

A partir desse momento, a hegemonia da classe dominante vai restabelecer condições contraditórias, que vão torná-la singularmente frágil; e, aliás, cada vez mais frágil à medida que o fordismo (o modelo fordista de desenvolvimento) vai se estender e se aprofundar. Com efeito, por um lado, essa hegemonia inclui doravante, entre suas condições de possibilidade, o compromisso fordista do passado com o movimento operário; tal compromisso exige uma modernização sócio-econômica contínua não somente do conjunto produtivo, mas do conjunto da sociedade. Mas, contrariamente ao que vai acontecer ao mesmo tempo em outros estados europeus (particularmente nos estados escandinavos, no Reino Unido, Países Baixos e Alemanha), esse compromisso vai se revelar limitado e sua dinâmica travada pela iniciativa do PC e da CGT no movimento operário, qualquer expansão ou aprofundamento do compromisso fordista traduzindo-se pelo reforço dessa empresa, capaz de assustar o conjunto das classes poderosas.

De onde, por outro lado, a recondução, sob a égide de partidos da direita (o Centro Nacional dos Independentes e Camponeses), de centro direito (o Movimento Republicano Popular, uma formação democrata cristã), de centro esquerda (o Partido Radical, doravante muito enfraquecido) e mesmo de esquerda (a SFIO, representando, cada vez mais, o papel anterior do Partido Radical, no entanto também, com uma base real operária), da aliança entre o conjunto da burguesia e as classes médias tradicionais. Ao invés de continuar a frear e mesmo diferir de qualquer obra de modernização do capitalismo, esta aliança é exigente e suas classes médias sempre temem pagar pelos seus custos.

Temores parcialmente justificados. A dinâmica do fordismo implica, com efeito, desde os anos de 1950, um processo acelerado de concentração do capital industrial e comercial, inquietando as “*pequenas e médias empresas*” (o pequeno e o médio capital). Ele também significa a penetração das relações capitalistas de produção na agricultura ou no comércio a varejo, ameaçando, assim, as posições do pequeno camponês e da pequena burguesia. Enfim, toda a dinâmica do fordismo exige um aumento dos impostos e das cotizações sociais, sendo relativamente incompatível com a manutenção dos privilégios fiscais das classes poderosas.

Resultado dessa contradição da hegemonia burguesa: a instabilidade ministerial crônica da IV República que, definitivamente, a desconsiderou. Incapaz de escolher entre o passado e o futuro, entre a esquerda e a direita, entre a manutenção do império colonial (a França conhecerá, então, as duas guerras coloniais acima evocadas, que a desonrarão e a enfraquecerão) e um desenvolvimento centrado, novamente, no espaço metropolitano, entre a integração europeia (que começa com a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1951 e com a assinatura do tratado de Roma instituindo a Comunidade Econômica Europeia em 1957) e o recuo hexagonal, definitivamente, esse regime podia apenas descontentar o mundo inteiro que acaba se manifestando unanimemente contra.

#### *A TENTATIVA DE RECONCILIAÇÃO SUPERFICIAL GAULLISTA*

Para resolver essa contradição, era preciso um regime do tipo bonapartista. Quer dizer, um regime que, aproveitando-se do “*equilíbrio catastrófico*” (Gramsci) entre as classes sociais, nascido de suas lutas e de sua paralisia recíproca, seja aparentemente, mas também, em parte, realmente capaz de se erigir acima delas e de lhes impor uma ordem comum. É o regime gaullista (1958-1969) que, após o

retorno do general de Gaulle ao poder, em maio de 1958, no quadro institucional da V República, ia constituir tal solução bonapartista<sup>8</sup>.

Ao se apoiar eleitoral e ideologicamente sobre o velho bloco hegemônico, que ele vai tentar reunir novamente, esse regime ia conduzir, forçosamente, a uma política de modernização econômica e social, no entanto, diretamente contrária aos interesses da maioria dos membros das classes médias tradicionais, pedras angulares deste bloco. Política, em compensação, parcialmente conforme aos imperativos do conjunto do compromisso fordista; o que ia permitir ao novo regime, inversamente, pelo menos em um primeiro momento, de se unir a uma parte dos assalariados, aí inclusos os operários, e desarmar a oposição de esquerda.

Equilíbrio sutil, mas frágil. Pois a política que ele tornava possível agiu simultaneamente para miná-lo, modificando suas condições de existência. Três evoluções desestabilizadoras serão aceitas durante os anos de 1960 e, finalmente, farão voltar a velha fórmula hegemônica em sua fase de crise final, afetando a situação sócio-econômica das diferentes classes sociais e, portanto, suas posições na luta das classes.

Em primeiro lugar, essa política vai favorecer um deslocamento da hegemonia no próprio centro da burguesia. A partir da metade dos anos de 1960, sobre o fundamento de constituição do “*Mercado Comum*” europeu (criado pelo tratado de Roma de 1957, instituindo a Comunidade Econômica Européia, o antecessor da atual União Européia) e de um movimento mais geral de internacionalização dos mercados e da produção, conseqüência da dinâmica da acumulação fordista, mas também dos limites que ela encontra nos quadros dos diferentes Estados nacionais, um poderoso movimento de concentração industrial e de centralização bancária toma o capitalismo francês. Em alguns anos, por absorções, fusões ou participações cruzadas, assistimos a emergência

---

<sup>8</sup> Esse retorno aconteceu sob a ameaça de um *putsch* brandie por parte dos membros mais importantes do aparelho militar, então engajado na guerra da Argélia, pensando encontrar no general de Gaulle uma garantia para a continuidade da “*Argélia francesa*”: com a presença colonial francesa na Argélia. Quando aparecerá que ele estava, de fato, resolvido a negociar a independência da Argélia com o Frente de Libertação Nacional (FLN) argelino, um verdadeiro *putsch* militar aconteceu em abril de 1961, rapidamente controlado, mas seguido da ação terrorista de ultras do colonialismo reagrupado no seio da Organização do Exército Secreto (OAS) que durará vários anos. Os generais *putchistes* da Argélia, presos, julgados e condenados, serão ulteriormente agraciados pelo general de Gaulle, desejoso de se assegurar da eventual ajuda do exército, a favor dos acontecimentos de maio-junho de 1968.

dos primeiros grupos financeiros franceses de porte internacional, sendo Paribas e Suez os principais. Grupos capazes de operar no mercado mundial e de sustentar a concorrência de grupos estrangeiros semelhantes.

De modo determinado, esse movimento vai reforçar a fração financeira da burguesia francesa, muito diferente ao mesmo tempo da burguesia não monopolista e da “*burguesia de Estado*” própria do fordismo. A burguesia não monopolista (o pequeno e médio capital), herdeira da burguesia que havia concluído a aliança com as classes médias tradicionais e havia se beneficiado com isso, ainda considera o capital como um patrimônio familiar destinado a dar frutos e a ser administrado enquanto garantia da perenidade de sua existência – de onde seu caráter freqüentemente dinástico e pouco dinâmico. Inversamente, a burguesia financeira comporta-se como verdadeiro “*capital personificado*”, segundo a expressão de Marx: para ela, apenas conta a valorização do capital, para a qual tudo deve ser sacrificado, inclusive, eventualmente, a existência dos capitalistas enquanto proprietários individuais de capitais.

A burguesia financeira compartilha a preocupação de eficácia do aparelho econômico com a “*burguesia de Estado*”, cujas corporações de altos funcionários haviam conduzido a modernização econômica da França apoiando-se no setor público e nacionalizado, logo após a Segunda Guerra Mundial. Mas seu modernismo não visa à coerência e a auto-suficiência do aparelho produtivo nacional que haviam mobilizado a burguesia de Estado logo após a Segunda guerra mundial; seu horizonte e seus interesses situam-se, sem dificuldade, ao nível do mercado mundial. Ela vai, então, afastar-se cada vez mais dos objetivos de coerência e de auto-suficiência do aparelho econômico nacional, à medida que se acentuará o processo de internacionalização dos mercados e da produção, anteriormente evocado, e do qual ela é instigadora e ao mesmo tempo beneficiária.

É essa fração financeira da burguesia que, sob a presidência de Georges Pompidou (1969-1974) e, mais ainda, sob a de Valéry Giscard d’Estaing (1974-1981), vai se assegurar da hegemonia no seio da burguesia francesa. Doravante, são seus interesses que vão determinar, essencialmente, as orientações políticas dos governos sucessivos. E isso tanto mais facilmente que são seus membros que, pelo viés da alta função pública (aquela saída das “*grandes escolas*”, tais quais a Politécnica, a Escola normal de administração ou a Escola de Altos Estudos Comerciais), vão ocupar cada vez mais os postos elevados do aparelho estatal.

Em segundo lugar, engajando deliberadamente a França na via da modernização fordista, a política gaullista tende a transformar profundamente

as condições de existência das classes médias tradicionais, até a achatá-las. Assim, a partir da segunda metade dos anos de 1950, ocorre um movimento geral de integração do setor agrícola nas estruturas capitalistas, que vai se acelerar na próxima década. Suas principais características terão sido uma dependência crescente em relação ao mercado, a necessidade de aumentar, conseqüentemente, a produtividade do trabalho agrícola pela sua mecanização, o endividamento crescente dos agricultores, junto ao “seu” banco, o *Crédit Agricole*, a expansão comercial no quadro do desenvolvimento do “*Mercado Comum*” europeu e da instituição da Política Agrícola Comum (PAC), destinada a assegurar a auto-suficiência alimentar da Europa, todo esse conjunto no quadro mantido pelas explorações familiares. Tais foram as transformações profundas que afetaram o mundo campesino durante esse período. No fim da operação, observa-se a redução da população ativa francesa de 20,6% para 7,5%, entre 1954 e 1975. Uma parte importante do campesinato se proletariza, seu êxodo para as cidades alimenta uma indústria fordista, ávida por operários especializados (OS); ou bem, ela se acha empobrecida por sua total dependência em relação às indústrias agro-alimentares e aos órgãos de financiamento. Enquanto que, sob a égide do Centro Nacional dos Jovens Agricultores, outra parte transforma-se em uma camada de dinâmicos “*empreendedores agrícolas*”, diferentemente dizendo, de pequenos e médios capitalistas. Em todos os casos, o mundo campesino tradicional desaparece; aliás, no discurso público oficial (por exemplo, na terminologia da estatística pública), é desta época que data a substituição sintomática do vocábulo “*camponês*” (que se tornou fora de uso e até desdenhoso) pela expressão “*agricultores exploradores*”.

E, sempre, entre 1954 e 1975, da mesma maneira, os pequenos comerciantes passam de 1.250.000 a 910.000; e os artesões caem de 760.000 a 530.000. Enquanto se desenvolve simultaneamente o capital comercial concentrado sob a forma dos super e hipermercados (o primeiro *Carrefour* abre em 1960), essas formas tipicamente fordistas do comércio dos meios de consumo correntes, responsáveis pela ruína do comércio varejista, não alimentar assim como alimentar.

Em breve, para as classes médias tradicionais, esses vinte anos representaram um verdadeiro jogo de palhaços! Certamente, o poder gaullista não deixará de lhes dar garantias ideológicas (defesa da propriedade familiar, exaltação da “*ordem moral*”, luta contra a esquerda socialista e comunista); assim como continuará a lhes conceder algumas vantagens (principalmente no plano da fiscalização e da proteção social: menores taxas de imposição duplicadas por uma ampla tolerância

em relação à sua fraude fiscal). Mas, simultaneamente, por meio de seus esforços de modernização fordista do capitalismo francês, toda sua política consistirá em organizar sua eutanásia: sua morte lenta, por asfixia ou por mutação forçada.

Em terceiro lugar, essa modernização fordista forçada pelo capitalismo francês sob o regime gaullista, não apenas afetou as condições sócio-econômicas de existência, mas também as oposições políticas das duas outras classes fundamentais: o proletariado e o enquadramento. Globalmente, ela vai reforçá-las, aumentando seu descontentamento e sua frustração política, por razões, no entanto, específicas a cada vez. Os acontecimentos que a França conheceu em maio e junho de 1968, as manifestações e os motins estudantis duplicados pela maior greve geral da história francesa, tanto pela sua duração quanto pelo número de seus participantes, acompanhada pela ocupação de um número muito grande de locais de trabalho (usinas, lojas, escritórios, etc.), foram a expressão direta que provocou um sismo político de grande amplitude na própria França, percebido até mesmo além das fronteiras nacionais. Sismo cujas numerosas réplicas colorirão a crônica social e política francesa nos anos seguintes.

No entanto, o que toca, de uma só vez, no interior deste sismo é a dualidade de suas partes principais. Com efeito, aí observamos nitidamente o concurso de elementos saídos de duas classes diferentes, cujas motivações, formas e estilos de ação, objetivos reivindicativos, estratégias e táticas, referências políticas e mesmo ideológicas diferem e até divergem — o que não significa para tanto que esses dois atores não se influenciam reciprocamente nem mesmo, pelo menos em alguns momentos, se reforçam para contribuir um com outro em uma mesma sinergia. Esta dualidade não é talvez imediatamente perceptível no cerne da explosão de maio-junho de 1968, mas ela não deixará de se afirmar ao longo dos anos posteriores, e isto a despeito dos esforços empreendidos, principalmente pelas organizações “*esquerdistas*” (essencialmente trotskistas e maoístas<sup>9</sup>), para superá-la, enquanto que, é verdade, os pesados aparelhos do PC e da CGT vão por tudo em funcionamento para manter o corte entre os dois.

---

<sup>9</sup> Esta denominação imprópria e que se quer pejorativa designa, então, organizações (algumas vezes grupúsculos) referindo-se ao leninismo e até ao marxismo-leninismo. Entre as primeiras, as principais são a Juventude Comunista Revolucionária e a Liga Comunista (ancestrais da atual Liga Comunista Revolucionária), Luta Operária (sempre existente) e a Organização Comunista Internacionalista (ancestral do atual Partido dos Trabalhadores). Entre as segundas, as três principais são o Partido Comunista Marxista-leninista da França, a Esquerda Proletária e Viva a Revolução (VLR), todas as três desaparecidas nos anos de 1970.

Esta dualidade será encontrada, novamente, nos efeitos políticos imediatos e, sobretudo, por um prazo mais longo, é que esse sismo será produzido na relação de forças entre as diferentes classes sociais no cerne da formação francesa. Mais ainda do que as evoluções precedentes, pois se esse sismo manifesta, então, o esgotamento da antiga fórmula hegemônica, fazendo-a entrar em sua fase de crise final e criando a necessidade da invenção de uma nova fórmula, as lutas proletárias e a contestação desenvolvida pelo enquadramento não participarão nisso da mesma maneira: esta invenção passará pela rejeição e desfeita das primeiras enquanto que, inversamente, ela integrará, em parte, a segunda assegurando-lhe assim um resultado contraditório. É o que vamos examinar detalhadamente agora.

#### **4. OFENSIVA PROLETÁRIA E CONTRA-OFENSIVA CAPITALISTA**

Precedida e em parte preparada por uma nova expansão do conflito operário a partir da metade dos anos de 1960<sup>10</sup>, a greve geral de maio-junho de 1968 marcou, com efeito, o lançamento de um ciclo específico de lutas proletárias (essencialmente operárias) na França. Sua especificidade prende-se ao fato de que essas lutas serão amplamente determinadas pelo quadro definido pelo compromisso fordista, quer elas tenham visado a alargar e a aprofundar os termos, quer, ao contrário, elas o tenham recolocado em questão.

Esse ciclo se prolongará até a segunda metade da próxima década, além do primeiro “*choque do petróleo*”<sup>11</sup>, que agravará, brutalmente, toda uma série de fatores anteriores de sufocamento da dinâmica do regime fordista de reprodução do capital e, assim, abrirá a via para uma nova crise estrutural do capitalismo

---

<sup>10</sup> Somente no ano de 1967, não contamos menos do que quatro greves duras e longas: na Rhodiaceta (Besançon), nos estaleiros navais de Saint Nazaire, em Berliet (Lyon), nas minas de ferro de Lorraine, já acompanhadas de ocupações dos lugares de trabalho e de movimentos de solidariedade freqüentemente amplos na população local. Os primeiros meses de 1968 verão se multiplicar os conflitos no setor metalúrgico, nos transportes aéreos, nos bancos, etc.

<sup>11</sup> Assim se designa convencionalmente a decisão do preço quadruplicado do petróleo bruto, no outono de 1973, pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), entre os quais figurava uma maioria de Estados árabes, após a guerra israelo-árabe de outubro e novembro de 1973, chamada “*guerra do Kippour*”, porque ela foi desencadeada por um ataque egípcio e sírio no dia da festa judaica de Yom Kippour (Grande Perdão). Durante os anos de 1979, ocorrerá um segundo “*choque petrolero*” consecutivo à “*revolução iraniana*” (a queda do xá do Irã e a tomada do poder de Estado pelo clero xiita).

mundial, de onde ainda não saímos. Do mesmo golpe, vão se criar condições de uma contra-ofensiva capitalista, que não somente marcará o golpe de parada da ofensiva proletária precedente, mas vai, até, iniciar um processo de regressão sóciopolítica, conduzindo ao desmantelamento atual de certas aquisições do compromisso fordista.

*AS TRANSFORMAÇÕES DA CONDIÇÃO PROLETÁRIA  
NO INTERIOR DO FORDISMO*

Para compreender os maiores traços da ofensiva proletária que assistimos na França (como aliás, se bem que desigualmente, na maioria dos Estados capitalistas centrais) entre a metade dos anos de 1960 e a metade dos anos de 1970, é preciso voltar, outra vez e rapidamente, a algumas das principais transformações produzidas no interior do proletariado pelo regime de reprodução do capital fundado sobre o compromisso fordista<sup>12</sup>. E isso tanto ao nível do processo de consumo (que contribui para a reprodução da força de trabalho em seu estatuto de mercadoria) quanto ao nível do processo de produção.

No centro deste último, é preciso destacar quatro evoluções maiores. Primeiramente, o regime fordista de acumulação do capital correspondeu, na França como alhures, a um crescimento absoluto e relativo do proletariado no seio da população ativa : entre 1954 e 1975, operários, pessoal de serviço e empregados passam de 9.576.000 pessoas (49,6% da população ativa) para 13.312 pessoas (61,1%) ; só os operários passam de 6.490.000 (33,6%) para 8.207.000 (37,7%). Este crescimento é devido à acumulação do capital nos setores e ramos antigamente já submetidos ao domínio do capital ou, contrariamente, à penetração do capital nos setores e ramos que, até então, escaparam ao seu domínio ou somente foram submetidos formalmente por ele. Terá sido próprio do fordismo apropriar-se de toda uma série de setores e ramos nas condições e formas especificamente capitalistas da exploração e do domínio do trabalho, proletarizando, conseqüentemente, assalariados que eram, até então, mantidos à margem do estatuto de proletários. Assim foi para uma grande parte dos empregados de comércio (vendedores, vigilantes, empregados, transportadores) e empregados de escritórios (secretários, contadores), além dos trabalhadores independentes (camponeses, artesãos, pequenos comerciantes) anteriormente mencionados.

---

<sup>12</sup> Para uma análise mais detalhada dessas transformações, ver Bihl (1991), capítulo III.

Este crescimento quantitativo não pode ser obtido senão por meio de uma modificação da composição do proletariado, aí incluso seu núcleo operário, particularmente, com um novo êxodo rural para os grandes centros industriais e urbanos, o retorno progressivo das mulheres ao mercado de trabalho (o final dos anos de 1950 marca o ponto mais baixo da taxa de atividade das mulheres na França, que não parou de aumentar desde então) e uma nova onda de imigração proveniente da Europa do Sul (principalmente de Portugal) e da África do Norte (três antigas colônias ou protetorados franceses: Argélia, Marrocos e Tunísia).

O fordismo também iniciou um processo de concentração e de centralização do capital no conjunto dos ramos industriais, tanto mais notável quanto o capitalismo francês se havia caracterizado até então, como vimos, por um atraso importante sob este ângulo em relação a alguns de seus vizinhos e concorrentes europeus. Este processo foi particularmente sensível no interior das indústrias motoras do crescimento fordista, aquelas produtoras dos meios de consumo de massa, características da norma de consumo fordista, do qual falarei adiante. Assim, ele chegou à constituição de enormes concentrações proletárias no interior de usinas gigantescas e, mais ainda, no interior de distritos industriais cobrindo regiões inteiras. Adivinhamos, imediatamente, no que tais concentrações puderam favorecer a organização operária (principalmente no plano sindical) e a mobilização operária em casos de luta (particularmente de greve).

Enfim, é necessariamente penoso lembrar que o fordismo significará o desenvolvimento extensivo e intensivo, em número incessantemente elevado de ramos industriais, da taylorização e da mecanização dos processos de trabalho, conseqüentemente, com uma divisão acentuada entre trabalhadores qualificados, denominados “*operários profissionais*” (OP), que escapam, relativamente, ao processo precedente, e trabalhadores desqualificados, denominados “*operários especializados*” (OS), que, ao invés, sofrem no meio desse processo, tendo, assim, a experiência dolorosa de um trabalho intensivo sem qualquer interesse nem sentido pela repetição monótona de uma atividade produtiva reduzida a algumas operações feitas por partes e até a alguns gestos elementares. O trabalho ao longo da cadeia de montagem da indústria automobilística logo oferecerá o arquétipo disso. Acrescentemos que a maior parte dos neo-proletários, sendo de origem rural, mulheres voltando ao mercado de trabalho ou imigrantes recém-chegados, se concentrarão na categoria dos OS.

Do lado do processo de consumo e, mais amplamente, do conjunto de suas condições de vida fora do trabalho, nos anos de 1960, o proletariado francês fará a

experiência da entrada no que chamaremos de “*sociedade de consumo*”, como fizeram seus colegas dos outros Estados centrais. Pois, com a estabilização da relação salarial e o aumento dos salários reais, que foi uma das pedras angulares do compromisso fordista, como vimos, assistimos a uma extensão da norma de consumo de mercado implicando principalmente : o acesso à habitação social (dando lugar, ainda lá, a fenômenos de concentração sob a forma dos “*grandes conjuntos*” na periferia dos centros urbanos) ou, eventualmente, à habitação em casas populares (ela, também, concentrada na periferia dos centros urbanos), o acesso para se equipar com eletrodomésticos (dentre os quais o famoso aparelho de televisão que irá, progressivamente, colonizar boa parte do “*tempo livre*”), o acesso a esse prolongamento móvel do espaço doméstico que é o automóvel, que se tornou, aliás, rapidamente indispensável em um espaço urbano dominado pelo *zoning* (a separação funcional entre os espaços reservados à produção, aqueles reservados ao consumo de mercadorias e aqueles consagrados à habitação ou aos lazeres) e, mais amplamente, ao alongamento das distâncias separando esses diferentes lugares e momentos da vida cotidiana – tudo por meio do desenvolvimento do crédito para consumo.

Se acrescentamos aos elementos anteriores a redução do tempo de trabalho, não tanto ao nível da semana como do ano (a terceira semana de feriado pago foi conseguida em 1956 e, a quarta, em 1963) e, conseqüentemente, a diversificação dos lazeres, compreenderemos que o período fordista tenha podido soldar-se em uma privatização elevada da existência, aí incluso no interior do proletariado, privatização sinônimo de uma ‘familiarização’ mais estendida (de um recuo para a esfera doméstica ou familiar e de uma ‘nuclearização’ mais marcada da rede familiar), mas também por uma individualização ampliada: pela aspiração à reivindicação e a reivindicação por uma maior autonomia individual, principalmente por parte das categorias de indivíduos mais submetidos às relações de dependência pessoal, mulheres e jovens. Uns e outros acham, então, na relativa facilidade de acesso ao emprego, em um contexto de quase emprego em tempo integral, condições favoráveis para satisfazer essa reivindicação e essa aspiração. Mas, também, farão parte dessas condições favoráveis uma mobilidade social aumentada, devida principalmente às transformações da estrutura sócio-profissional da população ativa e, portanto, da estrutura das classes sociais (contração das classes médias tradicionais, inchaço do enquadramento) assim como à “democratização”, limitada, mas contudo real, do ensino secundário e superior. Este último tinha, aliás, se tornado necessário pelas exigências do

desenvolvimento do conjunto econômico e político (do Estado) do regime fordista, mas ele também permitia às crianças das classes populares (campesinato, pequena burguesia, proletariado) ascender às camadas médias ou até superiores do enquadramento.

#### *A DUPLA DIMENSÃO DO CICLO DE LUTAS PROLETÁRIAS*

A greve geral de maio-junho de 1968 caracteriza, grosso modo, o lançamento do ciclo de lutas proletárias como, a propósito, já mencionei mais acima, especificamente no fato de que essas lutas foram profundamente marcadas pelo compromisso fordista: seja porque tenham se situado no quadro deste último aceitando, de modo geral, sua lógica, seja, ao contrário, porque elas tenham tido tendência a recolocar em causa esse quadro de modo mais ou menos radical. Com efeito, a maioria dessas lutas apresentaram as duas dimensões ao mesmo tempo, inegavelmente acentuadas, este processo podendo, aliás, evoluir durante a mesma luta e sempre fazendo parte de seus riscos e resultados. Partindo das reivindicações e dos objetivos, inscrevendo-se completamente no quadro do compromisso fordista (por exemplo, dos aumentos salariais), tal luta era, finalmente, levada a se radicalizar em reivindicações e objetivos contrários ao compromisso fordista (questionando, outra vez, os ritmos impostos pela organização fordista do trabalho); enquanto que, inversamente, outra tal luta podia começar sob forma de uma revolta operária contra a introdução de uma nova organização do processo de trabalho e de uma nova definição dos postos de trabalho, conduzindo à intensificação deste último, para se soldar em aquisições em termos de salários e de redução do tempo de trabalho. É, então, unicamente pela clareza do exposto que sou levado a distinguir as duas dimensões conjuntas, se bem que contrárias e mesmo contraditórias, das lutas deste ciclo.

Falar de compromisso fordista poderia, falaciosamente, fazer acreditar que a conclusão deste compromisso significou o fim da luta das classes. Ora, produto da relação de forças gerado por essa luta, o compromisso fordista não pôs mais fim nisso; no máximo, ele deve compreender-se como tendo definido e constituído uma espécie de quadro institucional no interior do qual esta luta estava destinada a se circuncrever sem, no entanto, cessar. De resto, o ajuste do ciclo econômico, que era um dos riscos e dos efeitos do compromisso fordista, tornava inevitável e mesmo, em certa medida, desejável perseguir o afrontamento de interesses de classes divergentes, à condição, precisamente, de que este afrontamento

não transborde o quadro geral do compromisso e não coloque em causa seus princípios constitutivos. Por um lado, este ajuste implicava, com efeito, a busca e a obtenção constante de novos ganhos de produtividade do trabalho, com lances de extensões e de intensificações sucessivas de taylorização e da mecanização dos processos de trabalho, assim como, por outro lado, uma repartição desses ganhos de produtividade entre benefícios e salários, sinônimo de aumento destes últimos, por mecanismos de indexação mais ou menos automáticos, mas também pela negociação entre “*parceiros sociais*”, com o que ela implica de pressão recíproca, de ameaça e mesmo de recurso eventual à greve por parte dos assalariados e de suas organizações. E observações similares poderiam ser feitas referentes a outros termos e riscos do compromisso fordista : as grades de classificação das remunerações operárias, as perspectivas e os ritmos de carreira, a duração do trabalho, a extensão da proteção social (portanto, o nível dos salários indiretos), o acesso à formação continuada, etc. – nenhum desses aspectos deixou de ser objeto de um braço de ferro entre capital e trabalho, no interior do próprio compromisso fordista.

No caso francês, a fraca institucionalização do compromisso fordista, sobretudo no plano das empresas, reduzindo o campo da negociação, fez do recurso à greve reivindicativa um caminho imposto, senão o predominante, de uma ampliação ou de um aprofundamento dos termos do compromisso fordista situando-se, definitivamente, em sua lógica. Neste caso, a greve se soldava sempre com o mesmo resultado: a aceitação de uma extensão e de uma intensificação das formas fordistas de exploração do trabalho se trocava, alternativa ou simultaneamente, por uma redução do tempo de trabalho, uma alta dos salários reais (uma ampliação da norma de consumo), uma proteção social reforçada, perspectivas desenvolvidas de carreira (promoção na hierarquia operária e até acesso às camadas inferiores do enquadramento), etc.

No entanto, paralelamente a essas lutas integradas e mesmo integrativas no quadro do compromisso fordista, veremos aparecer, no período declarado, lutas que tendem, ao contrário, a transbordar este quadro, a colocá-lo outra vez em questão e mesmo, potencialmente, a desintegrá-lo. Seu primeiro alvo terá sido suas formas fordistas do processo de produção enquanto que elas geram uma alienação crescente de largas camadas de trabalhadores, e principalmente de OS: sua expropriação crescente em relação ao domínio de seu próprio trabalho, a redução tendencial deste à repetição das mesmas operações ou seqüências de operações simplificadas, fazendo de um trabalho desinteressante e absurdo uma tortura cotidiana mental mais ainda do que física. Desde a metade dos anos de

1960, na França como na maioria os Estados centrais, principalmente nos ramos de produção em que as formas fordistas foram empurradas para mais longe (em primeiro lugar, na indústria automobilística, indústria fordista por excelência), os sintomas se acumulam do que os sociólogos do trabalho ao serviço do capital chamarão de uma “*crise do trabalho*”: uma recusa crescente dos trabalhadores, e particularmente dos OS, em aceitar condições de trabalho, no entanto, inscritas na lógica do compromisso fordista. Recusa que se expressará, então, sob múltiplas formas: a aparição, depois, o aumento do absentéismo, do *turn-over*, do desperdício e da sabotagem, “*greves selvagens*”, enfim, que terão sido algumas vezes verdadeiras explosões de saturação por parte da base operária. Essas greves são assim denominadas porque elas se desencadeiam de modo inesperado, sem aviso prévio, escapando ao controle tanto das organizações sindicais como das direções capitalistas, sem mesmo, freqüentemente em um primeiro momento, nenhuma reivindicação particular, senão aquela implicitamente contida na parada do próprio trabalho : “*É preciso que isso pare!*” “*Isso não pode mais continuar assim!*”

Mas, rapidamente, veremos aparecer greves-tampões, greves de zelo, dos ataques contra os gerentes (os “*pequenos chefes*”), saques de escritórios ou seqüestros de membros da direção, ocupações de oficina ou de usina, acompanhadas da formulação de reivindicações de abrandamento e mesmo de controle dos ritmos de produção, de redefinição dos postos de trabalho e, portanto, dos princípios de organização do trabalho, etc. Assim, nessas lutas, afirma-se uma vontade de reconquistar, individualmente e mais ainda coletivamente, o domínio sobre as condições de trabalho, e até de se reapropriar de todo o processo de produção. Durante esses anos, isso será acompanhado da aparição e da difusão dos slogans de “*controle operário*” sobre as condições de trabalho e o processo de produção, depois de “*poder operário*” no interior da empresa, enfim, de “*autogestão operária*” do processo de produção e da empresa.

Achava-se, assim, colocada a questão do poder no interior da empresa (para quem deve voltar a capacidade de decidir sobre o que deve ser produzido e como produzi-lo?) que somente ela mesma podia colocar no mercado, finalmente, sobre a questão da propriedade dos meios de produção, pois é esta propriedade que legitima, definitivamente, o abarcamento do poder anterior pela classe capitalista. O passo é primeiramente dado pelos assalariados da empresa de relógios de *Besançon Lip*, na primavera de 1973, que entram em greve, ocupam a empresa e acabam por recomençar a produção pagando-se com a venda de seus produtos. Sua

luta terá uma imensa notoriedade, nacional e internacional : desde o mês de junho de 1973, seu exemplo será imitado pelas operárias da usina têxtil Robin de Lorient, depois, pela de Cerisay e, nos anos seguintes, freqüentemente para enfrentar uma falência capitalista ou para evitar seu licenciamento coletivo, são os trabalhadores de dezenas de empresas na França que vão, assim, por um período mais ou menos longo, autogerir sua empresa.

Instituindo, assim, a auto-organização do coletivo dos trabalhadores no contra-poder permanente no próprio interior da empresa, desenvolvendo uma contra-organização do processo de trabalho (por exemplo, praticando as autoreduções de ritmos), multiplicando as ocupações de empresa, os sequestros de patrões e de quadros, opondo-se aos licenciamentos coletivos pela tentativa de retomada das empresas em autogestão, etc., essas lutas parecem reatar, então, com a tradição de ação direta do proletariado préfordista e evidenciam concretamente, (se bem que em escala reduzida), as virtudes libertadoras da auto-atividade dos trabalhadores. Com efeito, por um desmoronamento que espantará apenas aqueles que são estranhos à dialética, são a extensão e, sobretudo, a intensificação dos métodos fordistas de produção, implicando uma expropriação sem cessar crescente dos trabalhadores com relação ao domínio de suas próprias condições de trabalho, que farão nascer uma vontade de reapropriação dessas mesmas condições.

Esse desmoronamento foi, sem dúvida, favorecido pela renovação da geração do proletariado. Pois, a expropriação em questão era, na pior das hipóteses, suportável para as gerações de operários que tinham nascido e estavam se socializando no período préfordista e cujas lutas tinham produzido a relação de forças geradora do compromisso fordista, particularmente sensíveis às aquisições desse compromisso, principalmente aquelas em termos de crescimento do nível de vida e de garantias oferecidas pela proteção social. Mas o mesmo não ocorreria com as gerações mais jovens, nascidas e socializadas no quadro do próprio fordismo. Para retomar uma fórmula, que fez sucesso na época, essas novas gerações de proletários não estavam mais prontas para “*perder sua vida para ganhá-la*”: para trocar um trabalho e uma existência desprovidos de sentido pela simples garantia de um crescimento de seu poder de compra, para trocar a falta de ser por um excesso de bens. Em uma palavra, essas gerações não estavam mais dispostas a se satisfazer com os termos do compromisso fordista concluído pelos mais velhos.

Este mesmo desmoronamento não era mais estranho à individualização crescente, à aspiração a uma maior autonomia individual, como já mostrei acima,

no que elas foram instigadas pelas condições e formas de existência fora do trabalho que o capitalismo fordista desenvolveu inclusive no interior do proletariado. Neste sentido, as duas faces do fordismo, seu lado “usina” (a produção de massa com as técnicas disciplinares próprias para a exploração intensiva da força de trabalho) e seu lado “supermercado” (o consumo de massa com seus ares de festa, de liberdade, de exaltação narcisista do indivíduo no ato de consumo, o tempo livre e os lazeres) eram, no fim, necessariamente incompatíveis. O universo da produção fordista, repousando sobre a negação brutal de qualquer autonomia individual, podia apenas entrar em contradição com o processo de individualização induzido pelo desenvolvimento do consumo de mercadorias e, mais amplamente, pelo conjunto dos aspectos da socialização própria do fordismo (principalmente o desenvolvimento da escolarização).

Nessa mesma medida, não é preciso tampouco se espantar: a contestação do fordismo transbordou rapidamente dos quadros do processo de trabalho e da empresa para se estender a outros aspectos, domínios e formas da vida social afetados pelas exigências do capitalismo fordista. Terei a oportunidade de voltar a esse assunto mais adiante quando evocarei a eclosão e o desenvolvimento do que se chamou “*novos movimentos sociais*”, nos anos de 1970. Para continuar unicamente nas lutas proletárias, às greves nos locais de trabalho somaram-se as lutas dos trabalhadores imigrados quanto às suas condições de habitação (nos alojamentos quando não eram nas favelas), ainda amplamente inferiores às normas fordistas quanto ao assunto, assim como as lutas sobre as condições de transportes no dia a dia entre os locais de trabalho e de residência, consequência do urbanismo funcional próprio do fordismo.

Esse conjunto de lutas proletárias, tanto no trabalho como fora dele, cujo denominador comum era, definitivamente, recolocar em questão a dominação exercida pelo capital sobre as condições sociais de existência em geral, vai entrar em ressonância com diferentes buscas e tentativas de elaboração de novas alternativas para o capitalismo, tanto na França como no exterior, já mencionadas na primeira parte deste artigo. De um lado, essas alternativas constataavam legalmente o impasse histórico no qual a social-democracia havia se engajado, ligando largamente sua sorte à do compromisso fordista do qual ela se tornara ator principal. De outro lado, a falência moral e política do suposto “*socialismo de Estado*”, que logo ia ser rebatizado de “*socialismo realmente existente*”, enfim, da aspiração à autonomia individual e coletiva manifesta no conjunto das lutas em curso. A brusca redescoberta a favor de maio-junho de 1968 das tendências

anti-autoritárias, anteriormente marginalizadas pelo movimento operário (a corrente anarquista, o “*comunismo dos conselhos*”), a referência a um “*socialismo autogestionário*” tanto da parte da jovem Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT)<sup>13</sup> como do Partido Socialista Unificado (PSU)<sup>14</sup>, a audiência dos grupos “*esquerdistas*” foram testemunhas disso, a cada vez, com algumas confusões e ilusões que se desvendarão na seqüência. Se bem que, durante alguns anos, durante e sobretudo depois de maio-junho de 1968, pareceu que principalmente as perspectivas revolucionárias, que o compromisso fordista parecia haver, definitivamente, enterrado, ressurgiam novamente na França.

#### *A PRIMEIRA FASE DA CONTRA-OFENSIVA CAPITALISTA:*

##### *O REPRESAMENTO DAS LUTAS PROLETÁRIAS*

O ciclo anterior de lutas proletárias apresentava, então, pelo menos potencialmente, riscos importantes para a continuidade da dominação capitalista. Certamente, algumas dessas lutas ou outras, cujas dimensões se situavam a priori ou eram suscetíveis de se situar no quadro do compromisso fordista não eram, particularmente, ameaçadoras — ainda mais que o capital se confirmava capacitado para suportar o preço desse compromisso, sustentar as condições gerais de sua reprodução. Mas não era o mesmo para aquelas lutas ou dimensões que se situavam, sem dificuldade, no plano de ruptura com relação a este compromisso. Tanto mais que sua dinâmica tendia, como acabamos de ver, a fazê-los passar do simples questionamento deste compromisso, enquanto forma particular de dominação do capital sobre o trabalho, à contestação desta dominação em geral. Desde então, para sufocar as potencialidades revolucionárias que esta dinâmica implicava, impunha-se uma contra-ofensiva capitalista. Ela se produziu, em linhas gerais, em dois tempos.

---

<sup>13</sup> A CFDT nasceu em 1964 devido ao descrédito da Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC) constituída em 1919. No entanto, uma minoria (cerca de 10%) não aceitaria o princípio deste descrédito e manteria a CFTC.

<sup>14</sup> O PSU nasceu em 1960 de uma reunião de diferentes grupos e pequenas formações, tendo geralmente rompido seja com a SFIO (principalmente pelo fato de seu comprometimento na condução da guerra da Argélia e de seu apoio de retorno ao poder do general de Gaulle), seja com o PC (sobretudo na seqüência das ressacas provocadas pela “*desestalinização*” e as posições tomadas pelo PC após a ‘revolta húngara’ de 1956). Aí também se misturam os cristãos (essencialmente os católicos) de esquerda. Dirigido por Michel Rocard, a partir de 1967, a maioria do PC o seguirá quando de sua união com o novo Partido ‘Socialista’ em 1974.

Em uma primeira fase, que se estende, grosso modo, da crise de maio-junho de 1968 a 1973, assistimos a um represamento progressivo da ofensiva proletária, se bem que caótico em seu desenvolvimento, mesmo enquanto ela continua. Este mesmo represamento é obtido pela conjunção de três elementos. Em primeiro lugar, bem evidentemente, o tradicional recurso à repressão policial, ao qual permanece ligado o nome de Raymond Marcellin, chamado “*Raymond matraca*”, ministro do Interior, sem possibilidade de continuar de 31 de maio de 1968 a 27 de fevereiro de 1974. Convencido de que os acontecimentos de maio-junho de 1968 eram fruto de um complot urdido pelo “*comunismo internacional*” desde Moscou ou Havana, ele não deixará de reprimir tudo que se mexe e parece vermelho, greves operárias assim como manifestações estudantis, reforçando consideravelmente o aparelhamento policial ao ponto de suscitar o fantasma da instauração de um Estado policial em seus oponentes. Então, as milícias patronais, principalmente na indústria automobilística (Peugeot, Citroën, Simca) ou na indústria anexa de pneus (Michelin, Dunlop), também participam da repressão do conflito operário (sob forma de ataques de piquetes de greve, de intimidação e de agressão de militantes).

No entanto, se as Companhias Republicanas de Segurança (CRS) e as companhias da polícia móveis<sup>15</sup> foram capazes de reprimir numerosas manifestações de rua e evacuar à força numerosos estabelecimentos industriais ou comerciais ocupados, elas não conseguiram, sozinhas, dominar este movimento. No máximo, elas terão contido a violência potencial. Se este movimento pode ser represado, no próprio sentido do termo, em segundo lugar, é essencialmente graças à ação de certas organizações sindicais e políticas, dentre as quais figuram, em primeiro lugar, a CGT e o PC. De fato, durante todos esses anos, essas organizações usaram todos os seus meios de pressão e mesmo de repressão (sobre a base operária, seus próprios membros, militantes sindicais e políticos, etc.) para frear, canalizar e, finalmente, desviar as lutas contestatárias fazendo-as entrar na via do compromisso fordista: soldando as reivindicações e objetivos de luta sobre o poder (a organização do trabalho, a gestão da produção, a legitimidade da propriedade dos meios de produção) em termos de bens (aumento salarial, alargamento das grades de classificação profissional, aceleração das carreiras, etc.). Para este fim, elas usaram, simultânea ou alternativamente, três táticas diferentes: por um lado, isolar os elementos mais radicais dos movimentos, denunciando a infiltração (real

---

<sup>15</sup> Aí estão as duas forças principais de “*manutenção da ordem*”, um policial, outra militar, encarregada da repressão física dos movimentos sociais na França.

ou imaginária) de elementos “*esquerdistas*” (qualificados como “*esquerdistas Marcellin*”), não hesitando, oportunamente, designá-los e entregá-los à repressão patronal ou policial; por outro lado, apoiar sistematicamente a primeira das duas tendências da revolta operária precedentemente distinguidas contra a segunda, a tendência integrativa do compromisso fordista contra a tendência contestatória deste compromisso e, mais amplamente, da dominação capitalista; enfim, quando esta última tendência era forte demais, fingir, em um primeiro momento, retomar as reivindicações por sua própria conta, para se transportar, assim, para a cabeça do movimento e chegar, definitivamente, a desviá-lo – diferentemente dizendo, “montar o tigre” para fazê-lo entrar em sua jaula. Nesta ocasião, a CGT e o PC terão se comportado como perfeitos “*cães de guarda*” do compromisso fordista contra as lutas operárias tendendo a recolocá-lo em questão e como agentes zelosos de seu término, eles que já tinham figurado entre seus fundadores, duas décadas antes.

Poderíamos, aliás, dizer o mesmo a respeito do papel representado, na mesma época, pelos seus semelhantes italianos, a *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL) e o *Partito Comunista Italiano* (PCI), assim como pelas organizações social-democratas na Alemanha, Suécia ou Reino-Unido. Tanto uns como os outros tinham um poderoso interesse em defender o quadro institucional e ideológico de um compromisso fordista no qual elas já tinham amplamente integrado ou, pelo menos, estavam em curso de integração, aí representando um papel essencial de mediação entre o capital e o trabalho, porque esse quadro garantia vantagens materiais e morais diversas e perspectivas de promoção social à sua burocracia, desde sua simples base militante até seu ponto mais elevado passando pelo seu enquadramento intermediário. Também, não é espantoso que as lutas operárias tenham, algumas vezes, podido se prender diretamente a essas organizações e aos seus representantes. De resto, em sua dimensão contestatória, essas lutas se situavam nos opostos da estrutura burocrática dessas organizações e dos modos de mobilização e de ação, multiplicando suas experiências e suas formas de auto-organização: comitês de greve inter-,trans- ou mesmo para-sindicais, conselhos de oficinas e de usinas, conselhos de bairros e de usuários dos serviços públicos (transportes, por exemplo), tentativas de federação autônoma dessas estruturas de base, etc.

Enfim, em terceiro lugar, desde esta fase de represamento das lutas operárias, paralelamente aos elementos anteriores, para enfrentar a “crise do trabalho” (com a recusa crescente das formas taylorizadas e mecanizadas do processo de produção),

mas também para quebrar a dinâmica dessas lutas, em certa quantidade de ramos industriais (principalmente na indústria automobilística e na construção elétrica), as direções capitalistas experimentam novas formas de exploração e de dominação do trabalho, ampliando ou enriquecendo as tarefas [*enrichissement des tâches*]. Se o aumento das tarefas se contenta em substituir a tarefa única, até então confiada ao operário especializado, (por rotação) pelas tarefas diversificadas, então, em ultrapassar certos limites do parcelamento do trabalho de execução, o enriquecimento [*enrichissement*] mostra-se mais ambicioso, propondo-se delegar a responsabilidade de um segmento do processo de trabalho a pequenos grupos de operários ou de empregados, ultrapassando, assim, limitadamente, a separação entre tarefas de concepção e de enquadramento e tarefas de execução.

No entanto, durante essa fase, essas fórmulas ainda permanecem, em seu conjunto, em estado experimental, enquanto que algumas terão um belo futuro pela frente. Pois, desde essa fase, essas buscas respondem, também, pela preocupação de ultrapassar os limites alcançados pelas formas fordistas de exploração e de dominação do trabalho ainda sob outro ponto de vista: passado certo limiar, precisamente alcançado por um bom número de ramos industriais, a partir do final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, essas formas confirmam-se contra-produtivas, diminuindo os ganhos de produtividade ao aumentar a composição orgânica do capital. Dois fatores cuja conjunção só poderia diminuir a lucratividade do capital.

*A SEGUNDA FASE DA CONTRA-OFENSIVA CAPITALISTA:  
O REFLUXO DAS LUTAS PROLETÁRIAS*

Com efeito, durante toda essa primeira fase da contra-ofensiva capitalista, enquanto as lutas operárias encontram-se progressivamente represadas, os sintomas de uma crise maior do regime fordista de reprodução do capital acumulam-se e se agravam na França como em outros Estados capitalistas centrais. Por um lado, a dinâmica da acumulação fordista se esfalfa visivelmente. Aos dois fatores precedentes desse esfalfamento já assinalados que constituem a diminuição dos ganhos de produtividade e o aumento constante da composição orgânica do capital, juntam-se outros dois: uma saturação progressiva da norma fordista de consumo, tornando menos constante e menos previsível a demanda final proveniente dos lares, servindo de motor para a acumulação fordista, exigindo uma flexibilidade crescente do conjunto de produção contrário aos padrões e aos hábitos fordistas; e uma inflação dos “falsos gastos” da acumulação fordista, que tende a aumentar a

massa de trabalho (morto e vivo) necessária para a circulação do capital (serviços comerciais, bancários, assistência, gestão, etc.), assim como para a produção das condições gerais da reprodução do capital (grosso modo, o conjunto dos aparelhos estatais ou para-estatais), trabalho improdutivo no sentido capitalista (ele não forma nem valor nem a fortiori valor mais elevado) que tanto limita, então, a valorização do capital e a escala possível de sua acumulação. Enquanto que, por outro lado, principalmente sob o efeito dos limites anteriores, o processo de (re)internacionalização da circulação do capital sob todas as suas formas (capital-mercadoria, capital-dinheiro e capital produtivo), perceptível desde o final dos anos de 1950, acelera-se, brutalmente, na segunda metade dos anos de 1960, com a iniciativa de capitais industriais e financeiros concentrados, capazes de operar ao nível do mercado mundial, as famosas “*firmas multinacionais*” que, então, começam a fazer com que se falem sobre elas. Conseqüentemente, elas tornam progressivamente inoperante o ajuste fordista do ciclo industrial, pressupondo, como vimos, uma circulação do capital essencialmente limitada aos diferentes mercados nacionais. O conjunto solda-se a sintomas cada vez mais acentuados de estagflação: na França, o desemprego dobra com pouca diferença (os desempregados recenseados passam de 437.000 a 831.000 entre 1968 e 1975), enquanto que a inflação, de rastejante, torna-se progressivamente galopante (sua taxa passa de 2,7%, em 1967, a 9,2%, em 1973).

A situação econômica já está, então, em curso de degradação quando, no outono de 1973, inesperadamente, chega o primeiro “*choque do petróleo*”. Imediatamente, ele vai provocar a primeira maior recessão econômica na França, como em outros Estados capitalistas centrais, desde o fim da Segunda guerra mundial: pela primeira vez, o Produto Interno Bruto (PIB) abaixa na França desde 1945. Ele vai, sobretudo, marcar uma ruptura na tendência longa, historicamente excepcional, de “*crescimento sustentável*” da economia capitalista, diferentemente dizendo, de acumulação do capital a um ritmo elevado. Se, desde 1975, o crescimento retoma, na França como alhures, é com uma taxa abaixo da metade; e, desde então, ele nunca mais reencontrou seu ritmo anterior. Este primeiro “*choque do petróleo*” introduz, assim, uma quebra na dinâmica do regime fordista, que significa o início de seu fim.

Desde então, a contra-ofensiva capitalista contra as lutas proletárias também entra em uma nova fase. Doravante, ela vai operar essencialmente de duas maneiras diferentes. Por um lado, ela vai se beneficiar do reequilíbrio na relação de forças entre capital e trabalho que se opera em favor do desenvolvimento

do desemprego (entre 1975 e 1982, o número de desempregados recenseados passa de 831.000 a 2.059.000), do trabalho em período parcial forçado e do trabalho precário (contratos com tempo determinado, missões provisórias) que, então, tomam impulso. Com o agravamento da situação econômica, as falências de empresas, fechamentos de estabelecimentos, reestruturações de serviços e de oficinas multiplicam-se com seu cortejo de licenciamentos coletivos; os quais são, evidentemente, propícios para se desembaraçar dos indivíduos, dos coletivos, das oficinas, dos estabelecimentos menos fáceis de conduzir e mais movimentados, destruindo, na mesma oportunidade, as solidariedades, as relações de forças locais, as memórias coletivas, a combatividade, nascidos e acumulados ao longo das lutas dos anos anteriores. De um modo mais geral, o inchaço do “*exército industrial de reserva*”, constituído pelos trabalhadores precários e desempregados, a dificuldade crescente dos jovens em obter um primeiro emprego e dos trabalhadores mais velhos em conservar seu emprego ou encontrar outro quando dispensados, ainda mais a ameaça crescente do desemprego estendendo-se entre uma quantidade maior de assalariados vão, em conjunto, exercer uma pressão disciplinar cada vez maior, dissuadindo um bom número dentre eles a conservar ou adotar uma postura de luta qualquer ou até de resistência, constringendo-os a se resignar às condições de exploração e de dominação a que são submetidos.

De outro lado, o esfalfamento cada vez mais sensível das formas fordistas de produção, sua dificuldade crescente tanto para gerar ganhos de produtividade como para enfrentar as exigências de uma demanda cada vez mais instável em quantidade e em qualidade, conduzem, então, as direções capitalistas a se orientar para novas formas de organização do trabalho e da produção. Então, emergem os diferentes elementos constitutivos de um novo modelo de dominação e de exploração do trabalho pelo capital, o de empresa *fluida, flexível e difusa*<sup>16</sup>, não menos propícios do que os licenciamentos para romper as antigas solidariedades, as antigas qualificações, as referências (saberes e *savoir-faire*) adquiridos, mas também próprios para “recuperar” as aspirações de autonomia individual e coletiva, de controle e de gestão da produção pelos trabalhadores, sob a forma da constituição de equipes polivalentes, responsáveis pela organização do trabalho na oficina, pela rotação de suas tarefas, de seus resultados em termos de produtividade e de qualidade, etc., equipes colocadas, ao mesmo tempo, em concorrência umas com as outras. Este novo modelo se difundirá, progressivamente, a partir do início dos anos de 1980.

---

<sup>16</sup> Dei uma descrição detalhada em Bihr (1991), capítulo V.

O conjunto das evoluções anteriores repercutirá, de modo sensível, nas lutas operárias na França durante a segunda metade da década de 70. Por um lado, elas diminuirão em número e em intensidade (pelo menos a partir de 1976), sendo cada vez menos freqüentemente vitoriosas. Por outro lado e sobretudo, elas mudarão claramente de orientação e de conteúdo: ofensivas que foram na fase precedente, sobre as questões de poder na empresa e na sociedade, elas se tornarão cada vez mais freqüentemente defensivas, concentrando-se nas questões relativas ao emprego (cada vez mais ameaçado pela multiplicação das falências e de reestruturações) e no poder de compra dos salários (diminuído por uma inflação cuja taxa anual média é de 10% na segunda metade dos anos 70). Sob esta dupla relação, a greve nas siderurgias do Norte e da Lorraine, em janeiro-março de 1979, contra o “*plano de reestruturação*” da siderurgia é emblemática pela mudança de época que está ocorrendo: aí encontramos a radicalização (principalmente nos afrontamentos com a polícia) e a inventividade (principalmente com o lançamento da rádio livre *Lorraine coração de aço*) de outrora, mas em uma luta globalmente defensiva (ela visa preservar os empregos existentes) em que será amplamente perdedora.

Assim, durante a segunda metade dos anos de 1970, enquanto que a França se instala na estagflação, que as tentativas para relançar o crescimento segundo as receitas keynesianas até então experimentadas duram e a virada dos governantes para as políticas neoliberais começam a atrair, assistimos, claramente, a uma mudança de vitalidade e de tonalidade nas lutas proletárias, marca da inversão em curso da relação de forças entre o capital e o trabalho. As perspectivas de uma mudança radical (revolucionária), abertas com a greve geral de maio-junho de 1968 e mantidas e até ampliadas nos anos seguintes, fecham-se outra vez e, então, afastam-se cada vez mais, parecendo retrospectivamente ter sido apenas uma miragem.

Se somente alguns anos antes o proletariado francês parecia ter se tornado novamente capaz de “*tomar o céu por assalto*”, fazer cair a cidadela capitalista, na virada dos anos 80, ele bate, cada vez mais, com a cabeça na parede; não se trata mais de “*mudar a vida*”, no máximo, conservar os bens adquiridos no período fordista. E, para isto, ele conta cada vez menos com sua própria ação e se conforma cada vez mais com a União da Esquerda (UG), a aliança dos partidos políticos de esquerda, que acabará por aceder às responsabilidades governamentais em favor de sua vitória eleitoral de maio-junho de 1981. Neste momento, uma das duas condições da invenção de uma nova fórmula hegemônica,— a neutralização

da capacidade revolucionária do proletariado – que já está realizada, torna-se sua condição fundamental. A vitória eleitoral da UG ia garantir sua segunda vitória.

## REFERÊNCIAS

BIHR, Alain. *Entre bourgeoisie et prolétariat: l'encadrement capitaliste*. Paris: L'Harmattan, 1989.

\_\_\_\_\_. *Du 'Grand Soir' à l'alternative*. Paris: Ed. Ouvrières/Éditions de l'Atelier, 1991. [Tradução no Brasil: *Da Grande Noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.]

GAURON, André. *Histoire économique et sociale de la Ve République*. Paris: La Découverte, tome 1, Le Temps des Modernistes, 1983.

GRAMSCI, Antonio. *Cahiers de prison, n°6 [1930-1933]*. Paris: Gallimard, 1983. [Tradução no Brasil: *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000-2002, 6 vols.]

LA BOÉTIE, Etienne de. *Discours de la servitude volontaire ou le Contr'un [1548]*. Paris: Flammarion, 1993.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci et le bloc historique*. Paris: PUF, 1972. [Tradução no Brasil: *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977].

POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1971, tomo 2. [Tradução no Brasil: *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986].